



**COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL,  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA**

**PROJETO DE LEI Nº 7.434 DE 2017**

**Altera o art. 5º, I, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para incluir na zona de aplicação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) o estado do Mato Grosso e a parte do Maranhão incluída na área de atuação da SUDAM.**

**Autor:** SENADO FEDERAL

**Relator:** Deputado DEOCLIDES MACEDO

**I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 7.434, de 2017, oriundo do Senado Federal, modifica o art. 5º, I, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e tem por objetivo apenas e tão-somente incluir na zona de aplicação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) o estado do Mato Grosso e a parte do Maranhão, ambas incluídas na área de atuação da SUDAM.

O art. 1º do PL nº 7434, de 2017, altera o inciso I do art. 5º da Lei nº 7.827, de 1989, para incluir o estado do Mato Grosso e a parte do Maranhão, já compreendidos na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), na zona de aplicação do FNO.

O art. 2º contém a cláusula de vigência, que se dará a partir da data da publicação da lei.



O projeto foi distribuído às Comissões de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia; Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania, cabendo a última a decisão conclusiva. Na CINDRA não foram apresentadas emendas à proposição.

Esta Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia deve se pronunciar sobre o mérito do projeto, nos termos do inciso II do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

É o relatório.

## **II – VOTO DO RELATOR**

Chega para análise desta Comissão, o Projeto de Lei nº 7.434, de 2017, oriundo do Senado Federal, que modifica o art. 5º, I, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para incluir na zona de aplicação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) o estado do Mato Grosso e a parte do Maranhão incluída na área de atuação da SUDAM.

Para a aprovação da proposta naquela Casa, argumentou-se que, por uma questão de coerência entre os instrumentos de atuação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), seria oportuno que a área de atuação do FNO fosse estendida também ao Mato Grosso e a uma parte do Maranhão, de modo a fazê-la coincidir com a área de atuação da SUDAM.

A inclusão dessas novas áreas ocorreria sem prejuízo da atual ação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Desse modo, a exemplo da atuação da SUDAM e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), no caso do Mato Grosso, e da SUDAM e da



Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), no caso do Maranhão, haveria atuação concomitante nos estados citados.

Com essa medida, a proposição espera atender melhor a pré-Amazônia mato-grossense e maranhense com linhas de financiamento ao setor produtivo, que sejam mais identificadas com os processos de produção típicos da Região Norte.

O inciso I do art. 159 da Constituição Federal estabelece que a União deve repassar três por cento do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e sobre produtos industrializados a programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Esses recursos são destinados ao FNO, ao FNE e ao FCO.

O art. 5º da Lei nº 7.827, de 1989, define, para efeito de aplicação dos recursos, a Região Norte como aquela formada pelos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins. Assim, a área de aplicação dos recursos do FNO corresponde exatamente à definição da Região Norte, usada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na divisão regional do Brasil em macrorregiões.

O conceito de Amazônia Legal, por sua vez, foi instituído pelo governo brasileiro como forma de planejar e promover o desenvolvimento social e econômico dos estados da região amazônica, que historicamente compartilham os mesmos desafios econômicos, políticos e sociais.

Para integrar uma região sempre pouco povoada e pouco desenvolvida, a Lei 1.806, de 06/01/1953 criou a hoje extinta Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e anexou à Amazônia brasileira, os estados do Maranhão, Goiás e Mato Grosso. Aquele dispositivo legal também definiu que esta área seria chamada de Amazônia Legal, e através dela se concentrariam os esforços para combater o subdesenvolvimento econômico daquela parte do país. Em 1966, a SPVEA foi substituída pela SUDAM, órgão que além de coordenar e supervisionar programas e planos de outros órgãos federais, muitas vezes mesmo os elaborava e executava.



Atualmente, a Amazônia Legal é formada pelos sete estados que compõem a Região Norte, pela totalidade do estado de Mato Grosso e pela parte do Maranhão em sua porção a oeste do Meridiano 44°.

A divisão regional que orienta a lógica de aplicação do FNO, porém, não corresponde à totalidade da área chamada “Amazônia Legal”. Na prática, a Amazônia Legal corresponde à área de atuação da SUDAM, definida pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007. Essa região pode beneficiar-se diretamente dos incentivos fiscais concedidos no âmbito da SUDAM e do acesso aos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) criado pela Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, mas não pode ter acesso aos recursos do FNO, no que tange à parte da Amazônia Legal que se encontra fora da Região Norte. Corrigir essa distorção, por conseguinte, consiste no grande mérito do Projeto em análise.

Ademais, uma breve análise da legislação pertinente revela que as áreas de aplicação do FNE e de atuação da SUDENE são perfeitamente coincidentes. O mesmo acontece com o FCO e a SUDECO. Porém, no caso do FNO e da SUDAM, as áreas de aplicação e de atuação não coincidem.

O PLS nº 51, de 2016, ao estender a área de aplicação do FNO ao estado do Mato Grosso e à parte do Maranhão incluída na área de atuação da SUDAM, visa justamente a fazer coincidirem as áreas de aplicação de recursos do Fundo e de atuação da Superintendência.

O argumento fundamental do PL nº 7434, de 2017, é que esses estados, por serem zonas de transição – no primeiro caso, entre o Cerrado e a Amazônia e, no segundo, entre o Nordeste semiárido e o Norte úmido – podem não ser adequadamente atendidos pelas linhas de financiamento do FCO e do FNE. Com a alteração proposta no PLS nº 51, de 2016, os instrumentos de atuação da PNDR poderão ser aplicados de forma mais coerente.

A inclusão de territórios que não pertencem a uma determinada macrorregião na área de aplicação do Fundo Constitucional que leva o seu nome já tem, inclusive, um precedente. Com efeito, o FNE, embora



sendo um instrumento do programa de financiamento ao setor produtivo no Nordeste, destina parte de seus recursos à Região Sudeste. Trata-se, nesse caso, de porções dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. A razão é semelhante àquela que se menciona no PLS nº 51, de 2016, já que o norte de Minas Gerais e o norte do Espírito Santo mantêm características semelhantes às das áreas de atuação do FNE.

Assim, a inclusão do estado do Mato Grosso e da parte do Maranhão, que já integram a área de atuação da SUDAM na zona de aplicação do FNO, nos parece uma iniciativa justa e que busca contribuir de forma isonômica para o desenvolvimento regional no Brasil, uma vez que permite a adequação dos instrumentos de atuação da PNDR às diferentes realidades do País

Assim, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 7.434, de 2017, quanto ao mérito desta Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia.

Sala da Comissão, em 07 de junho de 2017.

Deputado **DEOCLIDES MACEDO PDT-MA**  
Relator